



# Clipping Nacional

de

# EDUCAÇÃO

Brasília, 09 de Agosto de 2019

## Órgão do MEC com orçamento de R\$ 52 bilhões troca de comando

*Carlos Alberto Decotelli, que presidia o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, vai ocupar outro cargo no ministério, mas foi criticado por atrasos em programas prioritários*

JAILTON DE CARVALHO E  
ANDRÉ DE SOUZA

BRASÍLIA

O presidente do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), Carlos Alberto Decotelli, está de saída do cargo. De acordo com o Ministério da Educação (ME), ele vai assumir outro posto, o de secretário de Modalidades Especializadas de Educação. Mas, segundo disse ao GLOBO uma fonte do MEC, Decotelli, que presidia o FNDE desde fevereiro deste ano, entrou na mira do ministro da Educação, Abraham Weintraub, por questões orçamentárias. No lugar dele, assumirá o advogado Rodrigo Sergio Dias.

O FNDE rejeitou recentemente contas de parceiros do ministério. A medida teria provocado atrasos na execução de alguns programas prioritários do governo, como Dinheiro Direto na Escola e Programa Nacional do Livro Didático. Este último sofreu neste mês um contingenciamento de R\$ 348,4 milhões.

As nomeações ainda serão publicadas no Diário Oficial da União. O FNDE tem orçamento bilionário. Segundo o MEC, a previsão para o ano de 2019 é de cerca de R\$ 52 bilhões. O órgão é responsável por repasses a estados e municípios.

De acordo com o ministério, o novo presidente do FNDE tem 35 anos e possui pós-graduação em Direito Eleitoral pela Escola Paulista de Direito. Também já foi presidente da Fundação Nacional de Saúde (Funasa) e ocupou cargos e direção no Metrô de São Paulo.

Já Decotelli tem 67 anos, é formado em economia pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), pós-graduado em administração pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), doutor em Administração Financeira pela Universidade Nacional de Rosário (Argentina), e tem pós-doutorado na Bergische Universität Wuppertal (Alemanha).

O MEC informou ontem que o contingenciamento de R\$ 348,4 milhões não afetará a distribuição dos livros didáticos. A explicação da pasta é que o pagamento

dos livros costuma ocorrer no fim do ano. Até lá, há previsão de recursos para isso.

Questionado sobre o bloqueio, o ministro da Educação, Abraham Weintraub, respondeu:

—Nenhum serviço vai ser atingido. Não é o objetivo. Não está comprometido.

SUSPEITA DE SABOTAGEM  
NA WEB

A declaração do ministro foi dada em entrevista coletiva convocada na manhã de ontem para falar de instabilidades apresentadas pelos sistemas de informática da pasta da Educação.

Weintraub disse suspeitar de sabotagem:

— Os serviços estão caindo, alguns deles, de uma forma que a gente não consegue explicar apenas tecnicamente. Há indícios de sabotagem, e esses indícios nos levaram a chamar a Polícia Federal para investigar e verificar se são prova ou não de algo criminoso que possa estar acontecendo aqui no MEC.

O ministro afirmou que a população não seria prejudicada e que serviços que tivessem sido atingidos —como o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) e o Programa Universidade para Todos (Prouni) — teriam seus prazos de





Foto: In-press. Carlos Alberto Decotelli está de saída do FNDE, no lugar dele, assumirá o advogado Rodrigo Sérgio Dias

inscrição prorrogados pelo tempo correspondente ao que tivessem ficado fora do ar.

Na última segunda-feira, o colunista do GLOBO Ancelmo Gois revelou que falhas no sistema do MEC estavam afetando aqueles que recebem o Bolsa Família—uma das condições para fazer jus ao benefício é a frequência escolar mínima das crianças, mas os municípios não estavam conseguindo acessar o sistema para inserir os dados.

O sistema usado para garantir o benefício se chama Serviço Presença, usado pelos municípios para passar os dados da frequência escolar dos alunos. Neste caso, no entanto, não deverá haver prorrogação de prazo.

## Primeira infância

*CLAUDIA COSTIN*

As políticas públicas para primeira infância podem ter um impacto grande no desempenho escolar futuro da criança e em outras dimensões da vida, como diminuição de criminalidade e encarceramento e melhora na empregabilidade e saúde, segundo James Heckman, prêmio Nobel de Economia. Mais do que tudo, se o investimento for correto, elas ajudam a nivelar as desigualdades de origem socioeconômica entre alunos.

Para que isso funcione bem, é necessário não ter uma visão fragmentada. As diferentes políticas voltadas à infância precisam trabalhar juntas: a mãe deve receber boa atenção na gravidez e no pós parto, como também visita domiciliar, o que pode ajudar na amamentação exclusiva até os seis meses --e as leis trabalhistas devem prever uma licença maternidade compatível com o período-- e na formação de vínculos afetivos entre mãe e filho.

Além disso, visitas regulares ao pediatra e as vacinações previstas no

calendário ajudam a promover a saúde do bebê. Mas, segundo especialistas, é num ambiente de afeto, isento de estresse tóxico, que o cérebro da criança melhor se desenvolve. Se isso puder ser acompanhado de conversas constantes, cantigas e leitura, num ambiente limpo e estimulante, tudo tende a ocorrer de forma harmônica e saudável.

Mas é aí que começa o problema. Nos meios vulneráveis, há problemas com saneamento, com o preparo das mães que muitas vezes são, elas mesmas, pouco mais que crianças e se sentem rejeitadas pela família ou frustradas com a perda dos folguedos próprios da idade. Além disso, como falar de leituras ou de livros?

A saída que se dá para a situação é apressar a entrada em creches. Afinal, lá a limpeza, professores e brinquedos. Mas não é uma solução sem perdas. A institucionalização de crianças muito pequenas, por boa parte do dia, torna mais difícil o

fortalecimento de vínculos familiares, importante tanto para as mães como para os filhos.

Não é por acaso que países com bons sistemas educacionais retardam a entrada em creches, muitos até os três anos. Preferem investir em outras formas de suporte à mãe que trabalha, estuda e não conta com família estendida.

No caso brasileiro, vale a pena conhecer a experiência de Boa Vista, que, em condições desafiadoras, integra os serviços de apoio à infância, priorizando o atendimento às famílias abaixo da linha da pobreza e evitando que os pequenos entrem em creches antes dos três anos. E a partir dessa idade, os centros infantis as recebem com um bom currículo, livros e brinquedos apropriados e professores preparados.

Só assim se começa a criar igualdade de oportunidades de verdade.

## Governo quer acabar com deduções de saúde e educação no Imposto de Renda

*Proposta de reforma tributária a ser apresentada na próxima semana prevê tributo nos moldes da CPMF*

Eduardo Cucolo, Arthur Cagliari e Talita Fernandes

A reforma tributária do governo federal, que o ministro da Economia, Paulo Guedes, deverá apresentar na próxima semana, terá um tripé formado por mudança do Imposto de Renda, imposto único sobre consumo e serviços e uma contribuição previdenciária sobre movimentação financeira.

Além disso, serão revistas deduções que o governo considera de baixo efeito distributivo. A equipe econômica estuda acabar com as deduções de gastos com saúde e educação. A medida é uma contrapartida para a redução da alíquota máxima da tabela do IR, hoje em 27,5%.

Detalhes sobre a reforma tributária do governo Jair Bolsonaro

(PSL) foram apresentados pelo secretário da Receita Federal, Marcos Cintra, e por Guedes durante evento sobre cenários econômicos, em São Paulo, promovido pelo banco BTG Pactual nesta quinta-feira (7).

“No IR, é simplificar o que existe. Você hoje bota uma alíquota de 27,5% e fica todo o mundo em casa juntando papelzinho de dentista, papelzinho de médico. O pobre vai ao sistema social e não recebe refunding nenhum. Então é regressivo, é ineficiente. Melhor tirar todas as deduções e baixar a alíquota”, afirmou o ministro.

Segundo estudo do Ministério da Economia, as deduções de despesas médicas somaram R\$ 15 bilhões em 2017, dado mais recente disponível.

A reforma do IRPF (Imposto de Renda Pessoa Física) inclui a correção da tabela, mas de forma “muito lenta e gradual”, segundo Cintra.

Segundo integrantes da Economia, o governo também avalia ajustar a faixa de isenção do IR apenas pela inflação.

Sobre o IRPJ (Imposto de Renda Pessoa Jurídica), a ideia do governo é criar um sistema simplificado e que reduza a carga desse tributo. Está em discussão ainda a questão de como fica a tributação de dividendos e juros sobre capital próprio.

“Em vez de as empresas iniciarem a apuração do IRPJ através da avaliação de uma contabilidade empresarial, teremos alguma coisa mais semelhante ao que se faz no ajuste do IRPF, com fatos tributários tipificados e simplificados”, afirmou o secretário.

A segunda perna da reforma inclui a desoneração da folha de pagamento e a criação de um tributo sobre movimentações financeiras.

Segundo Cintra, as mudanças no mercado de trabalho tornam a folha uma base frágil de tributação e que





não será capaz de financiar a Previdência no futuro. O secretário disse reconhecer que esse tipo de tributo não tem a simpatia popular, mas defendeu a proposta como necessária.

“A CPMF é sempre trazida à tona como se fosse o modelo que o governo está tentando reviver. A Contribuição Previdenciária está para a CPMF da mesma forma que o IVA está para o ICMS. É a mesma coisa. São da mesma espécie. Só que um foi mal implantado, deformado e cheio de distorções. Propomos um sistema eficiente, transparente e neutro.” A terceira perna é um IVA federal para unificar alguns tributos, como PIS, Confins, IPI, e aparte do IOF não regulatória (arrecadatória). Cintra disse que o imposto será implantado nos mesmos moldes da proposta que tramita na Câmara, a PEC 45, mas apenas com tributos federais.

“Será o espelho com as mesmas características da PEC 45. Porém será um IVA apenas federal, que não incorporará em um primeiro estágio as competências de estados e

municípios. Terá uma tramitação política mais simples e mais rápida.”

Como as mudanças no sistema tributário implicam alterar a Constituição, o que exige processo legislativo mais complexo, a regulação das alíquotas do IVA e da nova contribuição serão feitas pelo Congresso por meio de projeto de lei.

“[O Congresso] poderá dar peso maior para pagamentos ou IVA. Haverá aumento de um equivalente à redução de outro”, disse Cintra.

Inicialmente, a equipe econômica estudava uma simplificação radical no sistema tributário. Mas se optou por um modelo mais cauteloso, em que o governo vai iniciar uma reforma branda, submetendo a proposta à opinião pública.

As questões ligadas a IR, por exemplo, são sensíveis e devem integrar a última etapa.

Se a faixa de isenção for corrigida apenas pela inflação, a equipe de Guedes não conseguirá atender

promessa feita por Bolsonaro nas eleições.

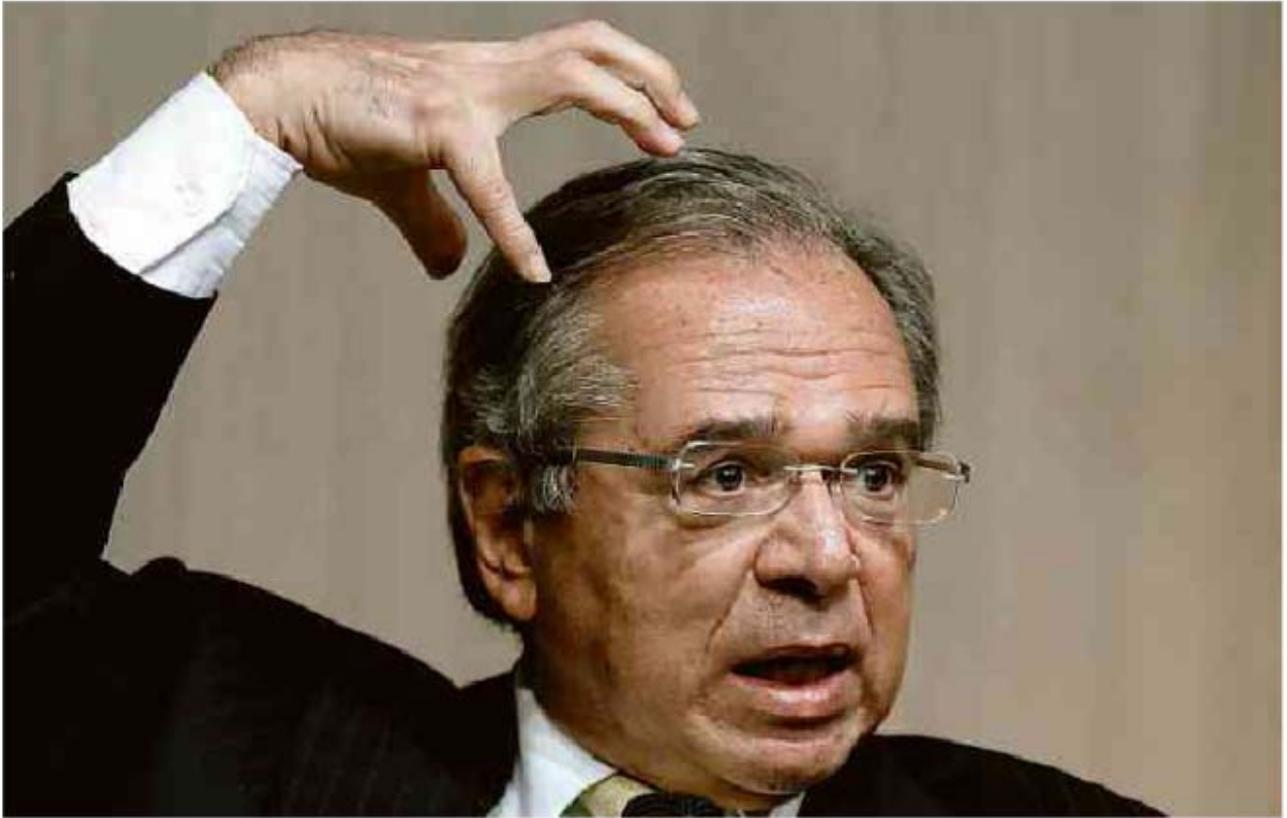
Na campanha, ele afirmou que estenderia a isenção de IR para pessoas que ganham até cinco salários mínimos, o que equivaleria a R\$ 4.990,00 (hoje, o benefício é válido para quem ganha até R\$ 1.903,98).

Os estudos preliminares já indicam que não há recursos para esse tamanho de isenção e que essa faixa já é superior à média de países equiparáveis.

Para alcançar o patamar de isenção prometido durante a campanha, seria preciso criar uma nova alíquota, de 35%.

Lei complementar vai definir qual será o peso do imposto único sobre consumo e serviços e o da contribuição previdenciária sobre movimentação financeira, que deverão se equilibrar de forma a manter a soma das duas arrecadações em um determinado nível.





O ministro Paulo Guedes (Economia) em seminário de banco em SP Marcelo Chello/CPres/Folhapress

## Governo prorroga ProUni e Fies após falha em sistemas

*Segundo ministro da Educação, site está sob ataque; datas não foram informadas*

Paulo Saldaña

O MEC (Ministério da Educação) acionou a Polícia Federal para investigar supostos indícios de ataques a sistemas online da pasta.

Sistemas do ProUni e Fies tiveram instabilidade pelo menos desde a semana passada e ficaram fora do ar por alguns períodos. O ministério informou que deve prorrogar prazos, uma vez que os funcionamentos ainda não foram totalmente estabilizados, mas ainda não há uma previsão dessa prorrogação.

As inscrições para bolsas remanescentes do Prouni estão abertas até o dia 30 de setembro. Para quem ainda não estiver matriculado em uma instituição de ensino, o prazo atual termina em 16 de agosto. No caso do Fies, há um processo para renegociação de dívidas de beneficiários inadimplentes, que vai até 10 de outubro.

A ideia é que haja prorrogação do prazo em período igual à indisponibilidade, caso o governo

apure a necessidade.

“Há indícios de sabotagem que nos levaram a chamar a Polícia Federal para investigar”, disse o ministro da Educação, Abraham Weintraub, à imprensa nesta quinta (8).

O governo não divulgou quais são os indícios do suposto ataque. O superintendente regional do Distrito Federal da Polícia Federal, Márcio Nunes de Oliveira, disse que ainda não teve acesso às informações e que, portanto, não há investigação formal.

“Desconheço ainda os ataques. Acabamos de ser informados da ocorrência de possíveis indícios de anormalidade no ministério. Está sendo enviado para a polícia”, disse.

Também foram afetados outros dois sistemas da pasta: o Simec, que faz a interface com municípios e estados para a prestação de contas de obras, por exemplo, e o Presença, usado para o envio de relatórios de assiduidade de estudantes cujas famílias são beneficiárias do Bolsa Família.

O sistema Presença recebe informações das redes de ensino até 14 de agosto.

## MEC troca chefe de fundo após reforma da Previdência

Um dia após a aprovação da reforma da Previdência na Câmara, o Ministério da Educação do governo Jair Bolsonaro (PSL) anunciou uma troca na presidência do FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação).

Assume o cargo Rodrigo Sérgio Dias, 35, ex-presidente da Funasa (Fundação Nacional de Saúde) no governo Michel Temer, primo do ex-ministro das Cidades, Alexandre Baldy (PP), e de Elsinho Mouco, marquês de Temer.

A alteração era esperada havia algumas semanas, no âmbito das negociações para a reforma.

Dias foi processado por uma suposta agressão à ex-mulher, em 2014, e chegou a ser preso, mas foi absolvido em maio deste ano. Ele sempre negou o crime. Em 2018, a indicação de seu nome para a Anvisa causou forte reação de servidores da

agência por causa dessa denúncia.

Neste ano, Dias compôs a equipe de João Doria (PSDB) no Governo de São Paulo. Ele foi diretor administrativo e financeiro da CPTM (Companhia Paulista de Trens Metropolitanos), onde também ocupou a presidência do conselho de administração.

O FNDE é vinculado ao MEC e responsável pela maioria das ações e programas da educação básica do país, como transferências de recursos para obras, alimentação escolar e compras de livros didáticos.

O órgão é alvo de cobiça no meio político por causa do orçamento, de R\$ 55 bilhões neste ano, e pela atuação e influência em praticamente todos os municípios do país.

Durante a gestão Temer, correligionários do DEM, mesmo

partido do ex-ministro Mendonça Filho, ocupavam cargos estratégicos.

Deixa a vaga Carlos Alberto Decotelli, ex-professor da FGV, que compõe a ala de influência militar dentro do governo Bolsonaro. Seu nome chegou a ser ventilado como opção para assumir o MEC no lugar de Ricardo Vélez Rodriguez, mas nos últimos meses os boatos sobre sua saída se intensificaram por causa das negociações políticas.

Ele assume agora a Secretaria de Mobilidades Especializadas no lugar de Bernardo Goytacazes, que chegou ao MEC pelas mãos de Vélez, de quem foi aluno.

As nomeações serão publicadas no Diário Oficial da União (DOU), segundo o MEC.

A Folha não conseguiu contato com Dias até a conclusão desta edição. PS

## Universidades federais dizem só ter como pagar as contas até setembro

Educação. Orçamento para custeio era de R\$ 6,25 bilhões, mas em abril o MEC bloqueou 30%; reitores reclamam de dinheiro insuficiente para vigilância, limpeza e até luz se não houver recurso integral. Secretário do MEC afirma que não faltará verba

Isabela Palhares

As universidades federais afirmam que todo o recurso previsto para ser liberado até o fim do ano não é suficiente nem para pagar integralmente as contas e contratos que vencem em setembro. Algumas instituições alertam que, sem a liberação de mais dinheiro pelo Ministério da Educação (MEC), terão de suspender aulas ou atividades por não conseguir pagar, por exemplo, serviços de vigilância, limpeza e energia. O orçamento previsto inicialmente para o custeio das universidades este ano era de R\$ 6,25 bilhões, mas em abril o MEC divulgou que iria bloquear 30% em um grande contingenciamento definido pelo governo.

Quando foi anunciada a restrição, o ministro Abraham Weintraub disse que a redução não afetaria as atividades, se os reitores fizessem economia e melhor gestão dos recursos. Das

63 federais do País, 37 responderam ao Estado que adotaram medidas para cortar gastos, com revisão de contratos e mudança em procedimentos internos, mas mesmo assim dizem que o valor que ainda têm para receber do MEC é insuficiente para todas as despesas. Esta semana, o MEC liberou para as universidades 5% do orçamento previsto no início do ano. Com essa parcela, elas atingiram 58% de liberação do orçamento originalmente previsto.

Como 30% do recurso está bloqueado, elas ainda têm para receber este ano cerca de 12% do total original. Mas parte dessa verba de custeio não bloqueada (e ainda não liberada) está reservada para assistência estudantil – como bolsas, moradia, transporte. Enquanto isso, algumas das principais instituições de ensino superior do País não sabem se conseguirão manter as aulas normalmente no próximo mês. A Federal do Rio (UFRJ) diz que, como a redução foi anunciada após o início do ano letivo, houve pouca margem de economia. A instituição está com contas atrasadas há dois meses e teme não conseguir pagá-las pelo terceiro mês seguido, o que permitiria às empresas encerrar serviços.

Entre as contas atrasadas, está o da empresa que faz vigilância, limpeza, transporte e fornece alimentação. Segundo Eduardo Raupp, pró-reitor de Planejamento e Finanças da UFRJ, alguns fornecedores queriam suspender serviços já este mês. "Conseguimos convencê-los a ficar, mas sem que paguemos não há negociação possível. Se não pagamos, a empresa não tem dinheiro para pagar os salários de vigias. Como garanto funcionamento sem vigilância? Não posso ter aula à noite sem garantir segurança a alunos, professores, funcionários."

Dificuldade antiga. Pró-reitor da Federal do Pernambuco (UFPE), Thiago Neves explica que as universidades estão há três anos com o orçamento de custeio no mesmo patamar – sem correção de inflação. Por isso, diz, já enfrentavam dificuldade financeira. "Os contratos são reajustados todos os anos, mas nosso orçamento é o mesmo. Não há margem, nosso dinheiro era pouco para todos os nossos compromissos, e com o bloqueio de 30% a situação ficou insustentável", argumenta. A UFPE, segundo Neves, não tem dinheiro suficiente para pagar a conta de luz. Esta semana, a reitoria suspendeu o uso de ar-





condicionado em seus três câmpus, em Recife, Vitória e Caruaru. O equipamento só poderá ser ligado em laboratórios de pesquisa ou locais com equipamentos que demandam refrigeração.

"Mesmo com economias desse nível, a conta não está fechando. Precisamos urgentemente discutir o desbloqueio." A Federal da Bahia (UFBA) também disse que o desbloqueio é necessário para ter atividades normalmente no próximo mês. Afirmou já ter reduzido contratos de vigilância, limpeza, portaria, manutenção, suspendeu passagens aéreas e transporte terrestre e reduziu viagens para estudo de campo das graduações. A federal potiguar (UFRN) também informou que, se no próximo mês receber os mesmos 5% que vieram em agosto, não conseguirá pagar todos os contratos.

**‘Reitores criam falsos alarmismos’**

Procurado, o MEC disse, em nota, que está disposto apenas a "intermediar a resolução de questões pontuais de liberação de limite de orçamento". À noite, o secretário de Educação Superior da pasta, Arnaldo Lima, afirmou que "a sinergia" do MEC com a área econômica garante haver verba nas instituições. "Reitores que criam falsos alarmismos sobre os últimos meses do ano precisam entender que estão frustrando, indevidamente, as expectativas daqueles que lutam para realizar seus sonhos através da educação."

Segundo ele, as universidades com mais dificuldades para pagar contas são justamente aquelas nas piores colocações no ranking de governança do Tribunal de Contas da União. Já o secretário do Tesouro, Mansueto Almeida, afirmou que o orçamento do MEC subiu 7% ao ano de 2008 a 2016 e o total de funcionários passou de 8 mil para 100 mil. "Hoje, para não ter falta de recursos para universidades, é preciso que o Orçamento cresça entre 5% e 7% ao ano em termos reais (ou seja acima da inflação)." / ADRIANA FERNANDES

## Chefe de órgão do MEC já foi alvo de investigação

Novo presidente do FNDE foi questionado por contratos da Fundação Nacional de Saúde, de quando ele dirigiu o órgão

O Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) terá novo presidente, o advogado Rodrigo Sergio Dias, que fez parte do governo Michel Temer. Ele passou a ser parte de investigação pelo Tribunal de Contas da União (TCU) por suspeita de superfaturamento de produtos e fraude em licitações no período em que comandou a Fundação Nacional de Saúde (Funasa) em 2018. A mudança ocorre no momento em que o FNDE enfrenta crise administrativa, com déficit de funcionários e paralisação de processos.

O órgão, com orçamento de R\$ 58 bilhões, é um dos principais braços do Ministério da Educação. É responsável por garantir a

transferência de recursos para programas que vão desde a merenda ao Financiamento Estudantil (Fies). O fundo era presidido por Carlos Alberto Decotelli, professor da Fundação Getulio Vargas (FGV) e indicado ao cargo pela ala militar do governo Jair Bolsonaro. A troca ocorre em meio à votação da reforma da Previdência no Congresso. Diferentemente de outros cargos-chave do MEC na gestão Bolsonaro, Dias tem ligação com políticos. É primo do secretário de Transportes Metropolitanos de São Paulo, Alexandre Baldy (PP).

Procurados, MEC e FNDE não comentaram a apuração do TCU. Análise. Dias assume o órgão em um momento em que um passivo de cerca de 20 mil processos relativos ao Fies estão paralisados por falta de funcionários na área jurídica para analisá-los. No

início de junho, o MEC anulou um contrato de acordo de assistência técnica com a Organização dos Estados Ibero-americanos (OEI) – após análise da força-tarefa chamada de Lava Jato da Educação. Com a suspensão, o MEC perdeu 89 consultores que trabalhavam principalmente na área jurídica do FNDE, ou seja, em contato com ações judiciais relacionadas ao Fies. Com a demissão, as ações do Fies estão paradas.

A área jurídica do FNDE encaminhou à Advocacia-Geral da União (AGU) ofício em que alerta que o órgão tem priorizado casos de maior valor. Em nota, o FNDE disse não haver prejuízo ao andamento dos processos relativos ao Fies porque formou uma "força-tarefa" em caráter excepcional. "Algumas demandas que não são urgentes serão tratadas em seu devido tempo." / I.P.

## Weintraub fala em ataque a sistema online e aciona PF

Ministro qualificou de "robustos" os indícios; no último mês, MEC perdeu 50 profissionais da área de tecnologia

O Ministério da Educação acionou a Polícia Federal para investigar supostos ataques a sistemas online da pasta, como o do Programa Universidade para Todos (ProUni) e do Financiamento Estudantil (Fies), depois de terem registrado atrasos e instabilidade nos últimos dias. A suspeita ocorre um mês após o ministério ter perdido 50 profissionais da área de tecnologia da informação. Os profissionais pararam de trabalhar na pasta no início de julho, quando foi encerrado um convênio com a Organização dos Estados Ibero-Americanos (OEI), em vigor desde 2008.

À época da suspensão, o MEC disse ter encontrado irregularidades na contratação.

Quando os 50 profissionais pararam de atuar, técnicos e coordenadores dos setores que mais dependem da área tecnológica alertaram para o fato de que os sistemas poderiam apresentar falhas por falta de manutenção. Questionado pelo Estado, o MEC disse que "contratações de serviços estão em andamento e a força de trabalho será reforçada nos próximos meses". Em entrevista pela manhã, o ministro Abraham Weintraub disse que o material que indicaria a invasão dos sistemas foi coletado esta semana e qualificou como "robustos" os indícios de sabotagem. O superintendente da Polícia Federal no Distrito Federal, Marcio Nunes, porém, afirmou que o material a ser analisado ainda não foi enviado formalmente pelo MEC.

Prazo. O ministério informou que vai prorrogar o prazo de inscrição dos dois programas por

causa da instabilidade nos sistemas, mas ainda não há previsão de por quanto tempo – a ideia é que seja equivalente ao período em que ficou indisponível. As inscrições para bolsas remanescentes do Prouni estão abertas até 30 de setembro. No caso do Fies, os beneficiários inadimplentes têm até 10 de outubro para se cadastrar em um processo de renegociação de dívidas.

Também foram afetados outros dois sistemas operacionais da pasta: o Sistema Integrado de Monitoramento Execução e Controle do Ministério da Educação (Simec), que faz a interface com municípios e Estados para a prestação de contas de obras, por exemplo, e o Presença, usado para o envio de relatórios de assiduidade de estudantes cujas famílias são beneficiárias do programa Bolsa Família. /I.P. e LIGIA FORMENTI

## Desbloqueio prejudica MEC e favorece Defesa

*Projeto de lei enviado ao Congresso, na terça-feira, prevê remanejamento de R\$ 3 bilhões, entre ministérios, de verbas contingenciadas. Com isso, Educação perderá R\$ 926 milhões dos recursos congelados e a Defesa receberá R\$ 763,5 milhões*

INGRID SOARES

A fim de facilitar o pagamento de emendas prometidas a parlamentares pela aprovação da reforma da Previdência, o governo encaminhou um projeto de lei ao Congresso, na última terça-feira, para garantir o remanejamento de R\$ 3 bilhões de verbas bloqueadas dos ministérios. O projeto ainda precisa ser votado, mas na prática, propõe que o dinheiro contingenciado de uma pasta cubra despesas de outra.

Com essa modificação, o Ministério da Educação será o mais prejudicado, com perda de R\$ 926 milhões do dinheiro bloqueado, e o da Defesa, o que receberá a maior fatia, de R\$ 763,5 milhões, para aquisição de helicópteros, combustíveis e aeronaves. Segundo o detalhamento da liberação, o Ministério da Saúde receberá R\$ 732 milhões; o do Desenvolvimento Regional, R\$ 214 milhões; e o da Agricultura, R\$ 197,1 milhões. Segundo o Ministério da Economia, trata-se de um “remanejamento natural de despesas do Orçamento,

inclusive da área militar”.

Desde o fim de abril, quando o governo anunciou o congelamento de R\$ 1,7 bilhão dos gastos das universidades, de um total de R\$ 49,6 bilhões, as instituições de ensino superior têm encontrado dificuldades para manter as contas em dia. A Universidade de Brasília (UnB), que retoma as aulas no dia 12, corre o risco de não conseguir renovar contratos, como o de vigilância e o de limpeza. “Para eu firmar o contrato, tenho de provar ter orçamento para um ano. A legislação é muito rígida. O contingenciamento me impedirá de renová-los”, alertou a reitora Márcia Abrahão Moura, em entrevista ao CB.Poder.

Com bloqueio de R\$ 50 milhões, no último dia 6, a Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) suspendeu o uso de ar-condicionado nas dependências da instituição de ensino em três câmpus. O Instituto Federal de Pernambuco (IFPE) também adotou horário para o desligamento de ar-condicionado e iluminação, além de restringir visitas técnicas dos estudantes. Em julho, por contas atrasadas, a Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) teve a energia elétrica cortada em cinco câmpus.

Outro fator preocupante é que, na nova distribuição de recursos, 60 universidades e 36 institutos federais sofrerão bloqueios. Mais de um

terço, em universidades no Nordeste.

Ensino básico

O bloqueio de verbas do MEC atingiu também o ensino básico. No último dia 30, o governo anunciou contingenciamento de mais R\$ 349 milhões da pasta. De acordo com dados da ONG Contas Abertas, baseados em informações do Sistema Integrado de Administração Financeira (Siafi), mostram que a verba seria destinada à aquisição e distribuição de livros e materiais didáticos para a educação básica.

Ainda segundo o levantamento, o contingenciamento no MEC para o mês de agosto, com dados até a última segunda-feira, inclui também o bloqueio de R\$ 50 milhões para assessoramento e assistência técnica de organismos internacionais; R\$ 35 milhões para a avaliação da educação básica; e R\$ 9 milhões para bolsas e auxílios do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec).

Questionado sobre o contingenciamento, o MEC informou, em nota, que a produção, aquisição e distribuição de livros e materiais didáticos e pedagógicos para a educação básica estão garantidos para 2020 e que “o Programa Nacional do Livro Didático possui um cronograma específico de pagamento que não será afetado”.





*“Os serviços estão caindo de uma forma que a gente não consegue explicar, apenas tecnicamente. Não estamos acusando ninguém, mas há indícios fortes de sabotagem”*

Abraham Weintraub, ministro da Educação

## » Troca de mãos

Governo remaneja verbas do Orçamento. Tira verba de um ministério e entrega para outro

### Quem mais perde

Ministério da Educação

**R\$ 926 milhões**

Ministério da Infraestrutura

**R\$ 756,9 milhões**

### Quem mais ganha

Ministério da Defesa

**R\$ 763,5 milhões**

Ministério da Saúde

**R\$ 732 milhões**

Fonte: Projeto de lei

## PF investigará suspeita de sabotagem na pasta

O Ministério da Educação afirmou ontem que acionou a Polícia Federal (PF) para investigar indícios de ‘sabotagem’ de serviços como o Programa Universidade para Todos (ProUni) e o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies), além do Sistema Integrado de Monitoramento, Execução e Controle (Simec).

A equipe de técnicos do MEC ressaltou que os dois programas estão intermitentes desde a última segunda-feira. Outro produto afetado é o Sistema Presença, utilizado no pagamento do Bolsa Família. Segundo a pasta, os técnicos trabalham para restabelecer o funcionamento o mais “rápido possível”, mas não há previsão para que os serviços sejam totalmente normalizados.

O ministro Abraham Weintraub apontou que a pasta sofre ataques cibernéticos há algumas semanas, o que tem prejudicado a oferta de produtos oferecidos pelo MEC na

internet. “Os serviços estão caindo de uma forma que a gente não consegue explicar, apenas tecnicamente. Não estamos acusando ninguém, mas há indícios fortes de sabotagem que nos levaram a acionar a Polícia Federal para investigar e verificar se esses indícios são prova de algo criminoso que esteja ocorrendo aqui. Não é nosso papel investigar”, explicou.

De acordo com o MEC, a população não será prejudicada pelos ataques, pois os serviços que forem suspensos terão prazo ampliado.

O superintendente da Polícia Federal no DF, Márcio Nunes de Oliveira, afirmou que caso a suspeita seja confirmada, um inquérito será instaurado. O secretário executivo do MEC, Antônio Paulo Vogel, ressaltou que há indícios ‘robustos’ de ataques cibernéticos, mas não comentou quais seriam ou ainda se há suspeitas de quem seriam os autores.

GESTÃO COMPARTILHADA  
**DECISÃO ADIADA**

A Secretaria de Educação remarcou a reunião na qual a comunidade escolar do Colégio Gisno, na Asa Norte, avaliaria a implementação do projeto de gestão compartilhada com a Secretaria de Segurança Pública. Inicialmente prevista para esta semana, a votação será no sábado da próxima semana, 17 de agosto, das 8h às 21h. A decisão de mudar a data foi anunciada pelo secretário de Educação, Rafael Parente. A alteração ocorre dias depois de o Gisno protagonizar uma discussão sobre o projeto de militarização de escolas. Pelo Twitter, Parente informou que a Secretaria de Educação investigará denúncias de que o Sindicato dos Professores (Sinpro) e o diretor da unidade de ensino, Isley Marth, teriam suspenso aulas para orientar os alunos a votar contra o projeto. “Alunos, professores e familiares fizeram denúncias na Ouvidoria e nas redes sociais”, afirmou Parente. O Correio tentou contato com o diretor da unidade de ensino, mas não foi atendido. Mais cedo, à Rádio CBN, Isley defendeu que a escola não precisa de policiais, mas de profissionais de educação. O Sinpro tem posição parecida à do diretor.